

OS DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES ESCOLARES

Ivina Castro Beserra¹
Lárcia Évila De Carvalho²
Carolina Maria De Lima Carvalho³
Eysler Gonçalves Maia Brasil⁴

RESUMO

A adolescência, período que vai dos 10 aos 19 anos de idade, é um período repleto de mudanças, entendemos que a saúde mental não está dissociada da saúde geral, e por isso faz-se necessário reconhecer que as demandas de saúde mental estão presentes em diversos momentos da vida dos adolescentes e devem ser promovidas ações para melhor enfrentamento dessas demandas. O presente trabalho teve como objetivo identificar as ações de promoção da saúde mental desenvolvidas com adolescentes nas escolas na percepção dos profissionais da educação. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, realizado em três escolas de dois municípios do Maciço de Baturité, com profissionais da educação. A coleta foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas visando coletar informações sobre as atividades de promoção da saúde mental com os adolescentes realizadas e/ou observadas por esses profissionais. O material coletado foi transcrito e analisado segundo análise de conteúdo de Minayo. Relatou-se que as ações desenvolvidas, em sua maioria, são pontuais e ocorrem por iniciativa da comunidade escolar em promover palestras, atividades, entre outros, durante aulas em disciplinas e eventos escolares. Ou ainda, quando necessário, processos de escuta e acolhimento são realizados pelos próprios professores e gestores escolares, sem as atuações mais próximas de profissionais da rede de atenção psicossocial nessas escolas. Portanto, pode-se observar a falta de ações desenvolvidas pela saúde, atenção primária e CAPS, nas escolas e quando desenvolvidas pela comunidade escolar as ações são pontuais direcionadas aos adolescentes, dificultando a execução das ações de saúde mental e a implementação efetiva das políticas já existentes.

Palavras-chave: Saúde Mental; Promoção da Saúde; Adolescentes; Intersetorialidade.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Exatas e da Natureza - ICEN, Discente, ivinabeserra@aluno.unilab.edu.br¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências da Saúde., Discente, larciaecarvalho@aluno.unilab.edu.br²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências da Saúde, Docente, carolinacarvalho@unilab.edu.br³

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileiro., Instituto de Ciências da Saúde, Docente, eyslerbrasil@unilab.edu.br⁴

INTRODUÇÃO

A promoção da saúde configura-se como estratégia de mudança nos modelos tecnoassistenciais, indicando a construção de possibilidades de cuidado e a configuração de novos saberes e fazeres que ampliem as alternativas de qualidade de saúde e vida da população, de intervenção junto aos sujeitos e da compreensão do processo saúde doença como produção social (SILVA, 2009). A partir disso, a promoção da saúde em sala de aula tem como desafio incluir os participantes de modo que o que for ensinado esteja coerente à sua realidade. Por isso, ao falar em educação, fala-se em articular saberes, atitudes, destrezas, comportamentos e práticas que possam ser aplicados e compartilhados com a sociedade, o processo educativo favorece o desenvolvimento da autonomia, ao mesmo tempo em que atende objetivos sociais (PAES e PAIXÃO, 2016).

Para abordar o período da adolescência, alguns órgãos utilizam diferentes definições, a lei N°8.069 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) classifica a adolescência como o estágio compreendido entre 12 e 18 anos de idade. Já o Programa de Atenção à Saúde do Adolescente adota a definição cronológica da OMS e, por isso, considera adolescente o indivíduo de 10 a 19 anos de idade (BRASIL, 2008). Entendemos que a saúde mental não está dissociada da saúde geral, e por isso faz-se necessário reconhecer que as demandas de saúde mental estão presentes em diversos momentos da vida dos adolescentes. Assim, compreendendo que os adolescentes passam a maior parte do seu tempo diário dentro de instituições escolares torna-se necessário que as ações de promoção em saúde mental com esse público esteja também incorporada nesse contexto, para assim conseguir mais oportunidades de intervenções.

Ao atentar para ações de saúde mental que possam ser realizadas no próprio contexto do território das equipes (escolas), pretendemos chamar a atenção para o fato de que a saúde mental não exige necessariamente um trabalho para além daquele já demandado aos profissionais de saúde. Trata-se, sobretudo, de que estes profissionais incorporem ou aprimorem competências de cuidado em saúde mental na sua prática diária, de tal modo que suas intervenções sejam capazes de considerar a subjetividade, a singularidade e a visão de mundo do usuário no processo de cuidado integral à saúde. Desta maneira, este trabalho teve por objetivo identificar as ações de promoção da saúde mental desenvolvidas com adolescentes nas escolas através da percepção dos profissionais da educação.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para este trabalho tem caráter analítico com abordagem qualitativa, com a finalidade de compreender o fenômeno em sua existência, conforme o ponto de vista dos sujeitos expresso em suas particularidades e no contexto da análise, por sua vez. A proposição da abordagem qualitativa se adequa ao estudo das relações, das representações, das opiniões e percepções da produção interpretativa humana (produção, sentimentos e pensamentos). Desse modo, o método qualitativo promove a guarida necessária para que se possa adentrar neste universo complexo, ativo e dinâmico (MINAYO, 2015).

Os procedimentos ético-legais da pesquisa seguiram a Resolução CNS no 466/12 do Conselho Nacional de Saúde sobre a pesquisa com seres humanos (BRASIL, 2012) e recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), conforme parecer N° 6.025.432.

A partir de uma aproximação com três escolas da região do Maciço de Baturité - CE e de todos os procedimentos ético-legais, foram realizadas 21 entrevistas semi-estruturadas com professores e gestores dessas instituições. Para isso, as pesquisadoras combinaram com os gestores escolares que seriam coletadas as entrevistas nos dias de planejamento de cada área para que os professores tivessem mais disponibilidade. As entrevistas foram coletadas por meio de gravação, feita nos celulares das pesquisadoras, que posteriormente foram transcritas com ajuda do site Celeste (software de inteligência artificial para

transcrição de áudios) e editadas pelas mesmas.

O conjunto de dados apreendidos por meio de técnicas e instrumentos foram ordenados e sistematizados visando criar um conhecimento, o qual poderá subsidiar a implementação de ações de promoção da saúde do adolescente. O material produzido foi de natureza qualitativa, submetidos à análise temática, seguindo as fases de: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, análise e interpretação, durante as quais se destacaram os núcleos de sentidos e a partir disto, as categorias analíticas (MINAYO, 2015), além de outros autores de orientações metodológicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as análises das entrevistas, pode-se observar que as atividades voltadas à promoção da saúde mental foram realizadas em algumas escolas de forma pontual, com atividades promovidas em alguns meses durante o ano pelo curso técnico em Enfermagem nas escolas profissionalizantes, não houveram atividades promovidas pelos CAPS e pela APS, observados nas falas a seguir:

“...Sim, como nossa escola é uma escola profissional, nós temos o curso de enfermagem, a gente consegue atrelar o curso junto com essas ações para promover essa temática. Tanto dentro do próprio curso, quando eles estão inseridos no primeiro ano, quanto ao decorrer do curso que eles vão cursando ao longo desses três anos, promovendo para as outras turmas...”(PEA3)

“...Bom, nós temos um curso chamado enfermagem...que houve um momento de esclarecimento sobre depressão que ocorreu em setembro. No começo do ano, a própria coordenadora do curso de enfermagem na semana pedagógica, ela passa algumas informações relacionadas à ansiedade, relacionadas à depressão, crises que os alunos podem ter, na semana pedagógica, para os docentes... A turma de enfermagem costuma sempre abordar algumas ações como acolhimento, exposição de frases motivacionais, prevenção de identificar determinados distúrbios mentais....” (PEA2)

Ademais, pode-se perceber que boa parte das ações de promoção da saúde mental desenvolvidas na escola A são vinculadas ao curso profissionalizante em Enfermagem que a escola oferta e, que muitas vezes, partem de iniciativas estudantis. Ainda que haja uma articulação entre a comunidade escolar para ações com profissionais de saúde externos a rede pública de educação que atuem na comunidade, como observado nos seguintes recortes:

...Na maioria das vezes, quando tem as ações da Semana da Enfermagem eles trazem um profissional qualificado que tenha uma graduação na área e fica fazendo uma certa atividade, palestras, encontros, vai depender do projeto que a própria turma desenvolve. (PEA3)

Nas escolas A e B por vezes são citados os professores do projeto “Diretor de Turma” como personagens centrais no discurso sobre ações de acolhimento realizadas com alunos, mesmo esses professores não possuindo formação para tal ações:

“... Os professores, diretores de turma, como política mesmo do Estado, fazem um acompanhamento psicopedagógico dos alunos, em alguma medida, mas a gente também não tem formação para isso, mas é uma atribuição. Quando algum aluno passa mal, a gente tenta atender. Tem uma professora aqui na escola, que ela faz um acolhimento dos alunos, que é um projeto individual dela. Ela não tem formação para isso... mas é uma coisa assim, quase que informal, é mais um lugar de acolhimento mesmo. De dar um chazinho, de conversar, mas não é um trabalho psicológico.” (PEB2)

Ações intersetoriais são previstas desde a institucionalização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e de programas como o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, e ainda no ano de 2024 foi publicada a Lei N° 14.819 que instituiu a Política Nacional de

Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Esta última prevê “uma articulação com o Programa Saúde na Escola (PSE), o modelo de assistência em saúde mental, o Sistema Único de Assistência Social e a rede de atenção psicossocial” para a implementação de estratégias eficazes de promoção, prevenção e de atenção psicossocial nas escolas a partir de grupos de trabalhos que integrem profissionais da saúde e educação (Brasil, 2024).

Entretanto, o que observa-se nos discursos acima retratados é que a equipe dos equipamentos de saúde da Rede de Atenção Psicossocial nesses municípios poucos se envolvem em ações de promoção de saúde mental com adolescentes nas escolas e que a comunidade escolar é a principal responsável por essas ações realizadas de formas pontuais. É fato que muitos fatores podem estar envolvidos nessa falta de intersectorialidade nas ações, desde o pouco investimento dos municípios nos equipamentos da RAPS à poucos profissionais atuantes, a grande demanda para a quantidade de profissionais do município, a recente instituição da lei N° 14.819, entre outros. Porém, essa articulação quase inexistente impacta diretamente na menor disponibilidade de ações de promoção com adolescentes, em uma sobrecarga de responsabilidade para os profissionais da educação e na qualidade dessas ações.

CONCLUSÕES

Mediante o supracitado, ao final desse trabalho pôde-se identificar que as ações de promoção da saúde mental pelos profissionais da educação são incipientes, tendo em vista a falta de formação dos profissionais da educação para trabalhar as temáticas de saúde mental com os adolescentes. Conclui-se que parte disso ocorre pela falta de investimento estatal, haja vista que as leis existem, muito embora falte suas execuções, sendo relatado a insuficiência de profissionais capacitados para realizar as ações de promoção à saúde mental com a comunidade escolar de forma periódica e continuada um dos principais relatos dos profissionais da educação. Propomos que, nesse cenário, torna-se necessário mais pesquisas sobre a temática e o investimento em promoção de ações de saúde mental baseadas na intersectorialidade e formação continuada dos profissionais.

AGRADECIMENTOS

A primeira autora agradece ao CNPq pelo fomento a esta pesquisa com a bolsa de iniciação científica que lhe foi concedida durante todo o projeto.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde do adolescente: competências e habilidades / Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. - Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.
- BRASIL. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 26 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União 2011; 27 dez.
- BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio. Brasília (DF): Presidência da República; 2024. Disponível em:



<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14945-31-julho-2024-796017-publicacaooriginal-172512-pl.html>. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Brasília (DF): Presidência da República; 2024. Disponível em Acesso em 31 ago. 2024.

CEARÁ. Chamada pública de adesão ao projeto professor diretor de turma. Fortaleza: SEDUC/CE, 2010.

EVERTON, Maria Socorro Brandão. Uma década do Projeto Professor Diretor de turma no Ceará: uma investigação avaliativa das suas contribuições no enfrentamento do desengajamento escolar no Ensino Médio. 2019. 299f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza (CE), 2019.

MINAYO, M.C.S. (2015). O desafio do conhecimento. 14ª. Ed. São Paulo: Hucitec.

PAES, C.C.D.C.; PAIXÃO, A.N.P. A importância da abordagem da educação em saúde: revisão de literatura. Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco, [S. l.], v. 6, n. 11, 2016. Disponível em: Acesso em: 9 out. 2024.

SILVA, E. F. DA . et al.. A promoção da saúde a partir das situações de trabalho: considerações referenciadas em uma experiência com trabalhadores de escolas públicas. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 13, n. 30, p. 107-119, jul. 2009.